

AULA Extra 02: Material Permanente e Material de Consumo: controle e identificação.

SUMÁRIO	PÁGINA
1.Apresentação	1
2. Controle do Material	2
2.1. Controle do Material na IN nº 205 SEDAP/PR 1988	2
2.2. Controle do Material na lei 4320/1964	4
3.Material permanente e material de consumo: características	6
3.1.Identificação dos equipamentos e materiais permanentes	10
4.Casos especiais referentes à classificação por natureza de despesa	11
4.1.Serviços de Terceiros versus Material de Consumo e Permanente	14
4.2.Obras e Instalações versus Serviços de Terceiros	15
4.3.Despesa de Exercícios Anteriores versus Indenizações e Restituições versus Elemento Próprio	16
5.Questões comentadas	20
6.Lista das questões apresentadas	25

1. APRESENTAÇÃO

Pessoal, nesta breve aula extra apresentarei aspectos relacionados a diferenciação de materiais de consumo de materiais permanentes (critérios excludentes: durabilidade, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade, transformabilidade); e as formas de registro dos equipamentos e materiais permanentes.

2. CONTROLE DO MATERIAL

Generalizar o controle seria, além de dispendioso, às vezes impossível quando a quantidade e diversidade são elevadas. Deste modo, o controle deve ser feito de maneira diferente para cada item de acordo com o grau de importância, valor relativo, dificuldades no ressuprimento.

2.1. Controle do Material na IN nº 205 SEDAP/PR 1988

O material de pequeno valor econômico que tiver custo de controle evidentemente superior ao risco de perda poderá ser controlado através do simples relacionamento do material (relação-carga).

O bem móvel (material de consumo, equipamento, material permanente e semoventes) cujo valor de aquisição ou custo de produção for desconhecido será avaliado tomando como referência o valor de outro, semelhante ou sucedâneo, no mesmo estado de conservação e a preço de mercado.

Nenhum material deverá ser liberado aos usuários, antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle (ficha de prateleira, ficha de estoque, listagens).

O Departamento de Administração ou a unidade equivalente deverá acompanhar a movimentação de material ocorrida no âmbito do órgão ou entidade, registrando os elementos indispensáveis ao respectivo controle físico periódico com a finalidade de constatar as reais necessidades dos usuários e evitar os eventuais desperdícios.

As comissões especiais de que trata esta I.N., **deverão ser constituídas de, no mínimo, três servidores do órgão ou entidade**, e serão instituídas pelo Diretor do Departamento de Administração ou unidade equivalente e, no caso de impedimento desse, pela Autoridade Administrativa a que ele estiver subordinado.

O Decreto 99658/1990 por sua vez estabelece que as avaliações, classificação e formação de lotes, previstas no Decreto, bem assim os demais procedimentos que integram o processo de alienação de material, serão efetuados por comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta de, no mínimo, três servidores integrantes do órgão ou entidade interessados¹.

¹ Art. 19º do Decreto 99.658/1990.

A Administração poderá, em casos especiais, contratar, por prazo determinado, serviço de empresa ou profissional especializado para assessorar a comissão especial quando se tratar de material de grande complexidade, vulto, valor estratégico ou cujo manuseio possa oferecer risco a pessoas, instalações ou ao meio ambiente².

² Art. 20º do Decreto 99.658/1990.

2.2. Controle do Material na lei 4320/1964

Haverá registros ANALÍTICOS de TODOS os bens de caráter PERMANENTE, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração³.

A contabilidade manterá registros SINTÉTICOS dos bens MÓVEIS E IMÓVEIS⁴.

O levantamento geral dos bens MÓVEIS E IMÓVEIS terá por base o INVENTÁRIO ANALÍTICO de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração SINTÉTICA na contabilidade⁵.



Todos os bens permanentes precisam de registro analítico.

Todos os bens móveis (material de consumo, equipamento, material permanente e semoventes) e imóveis precisam de registro sintético.

O <u>levantamento geral de bens móveis e imóveis</u>	terá por base o <u>inventário analítico</u> da UA e os <u>elementos de escrituração sintética</u> .
--	---

Vamos fazer uma questão sobre isso.



³ Art. 94º da lei 4320/1964.

⁴ Art. 95º da lei 4320/1964.

⁵ Art. 96º da lei 4320/1964.

1. (ESAF/ANA/2009/Contador) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário sintético de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração analítica na contabilidade.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

1. (ESAF/ANA/2009/Contador) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o **inventário sintético** de cada unidade administrativa e os elementos da **escrituração analítica** na contabilidade.

ERRADO, o levantamento geral de bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico da UA e os elementos de escrituração sintética.

Fruto do prescrito na lei 4320/1964, questiona-se: quais elementos relacionados ao material devem constar no inventário analítico?

A IN nº 205 SEDAP/PR 1988 estabelece que no inventário analítico, para a perfeita caracterização do material, figurarão:

- a) descrição padronizada;
- b) número de registro;
- c) valor (preço de aquisição, custo de produção, valor arbitrado ou preço de avaliação);
- d) estado (bom, ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável);
- e) outros elementos julgados necessários.

3. MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO: CARACTERÍSTICAS

Vimos nas seções anteriores que os bens móveis são constituídos tanto por materiais permanentes quanto por materiais de consumo. Porém, o que diferencia um do outro?

O material de consumo, aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº 4.320/1964, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos⁶; enquanto o material permanente, aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos⁷.

A diferença entre material de consumo e material permanente ocorre na classificação quanto à natureza no nível “elemento da despesa”. O material de consumo possui o código 30 enquanto o material permanente o código 52.

Na classificação da despesa Além disso, na classificação da despesa com aquisição de material devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo. Os seguintes parâmetros excludentes, expostos no Quadro 1, devem ser tomados em conjunto, para a identificação do material permanente. Dessa forma, por se tratarem de parâmetros excludentes, um material é considerado de consumo desde que atenda um, e pelo menos um, dos parâmetros.

⁶ §2º do Art. 15º da Lei 4320/1964; Inciso I do Art. 2º da Portaria STN 448/2002.

⁷ Inciso II do Art. 2º da Portaria STN 448/2002.

Quadro 1: Critérios excludentes de material permanente⁸

Critério	Parâmetro utilizado	Exemplo
Critério da Durabilidade	Se em uso normal <u>perde ou tem reduzida as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.</u>	Lápis, caneta
Critério da Fragilidade	Se sua <u>estrutura for quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade.</u>	Disquete
Critério da Perecibilidade	<u>Se está sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal.</u>	Gêneros alimentícios
Critério da Incorporabilidade	<u>Se está destinado à incorporação a outro bem</u> , e não pode ser retirado sem prejuízo das características físicas e funcionais do principal. <u>Pode ser utilizado para a constituição de novos bens, melhoria ou adições complementares de bens em utilização</u> (sendo classificado como 4.4.90.30), <u>ou para a reposição de peças para manutenção do seu uso normal que contenham a mesma configuração</u> (sendo classificado como 3.3.90.30).	Peças de veículos
Critério da Transformabilidade	Se for <u>adquirido para fim de transformação.</u>	Aço como matéria-prima para fabricação de armários.

⁸ Art. 3º da Portaria STN 448/2002.



Os critérios devem ser enxergados sob a perspectiva negativa. Assim, atender ao critério é assumir que o material não pode ser permanente, mas sim de consumo.

Observa-se que, embora um bem tenha sido adquirido como permanente, o seu controle patrimonial deverá ser feito baseado na relação custo-benefício desse controle.

Nesse sentido, a Constituição Federal prevê o Princípio da Economicidade (art. 70), que se traduz na relação custo-benefício. Assim, os controles devem ser simplificados quando se apresentam como meramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

Desse modo, se um material for adquirido como permanente e ficar comprovado que possui custo de controle superior ao seu benefício, deve ser controlado de forma simplificada, por meio de relação-carga, que mede apenas aspectos qualitativos e quantitativos, não havendo necessidade de controle por meio de número patrimonial. No entanto, esses bens deverão estar registrados contabilmente no patrimônio da entidade.

Da mesma forma, se um material de consumo for considerado como de uso duradouro, devido à durabilidade, quantidade utilizada ou valor relevante, também deverá ser controlado por meio de relação-carga, e incorporado ao patrimônio da entidade. O Quadro 2 resume os conceitos anteriores.

Quadro 2: Controles sobre o material permanente e de consumo

Qual a classificação quando da aquisição?	Possui custo de controle superior ao seu benefício?	Como deve ser controlado?
Material permanente	Não	Por meio de número patrimonial e incorporado ao patrimônio da entidade.
Material permanente	Sim	Relação-carga e incorporado ao patrimônio da entidade
Material consumo	Se for de uso duradouro.	



2. (Cespe/MPU/ 2010/Controle Interno) Um dos instrumentos de controle do patrimônio público é o inventário de materiais, bens móveis e imóveis pertencentes ao ente público. Com relação a esse assunto, julgue os item que se segue.

A durabilidade, a incorporabilidade e a tangibilidade são parâmetros para identificação de material permanente.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

2. (Cespe/MPU/ 2010/Controle Interno) Um dos instrumentos de controle do patrimônio público é o inventário de materiais, bens móveis e imóveis pertencentes ao ente público. Com relação a esse assunto, julgue os item que se segue.

A durabilidade, a incorporabilidade **e a tangibilidade** são parâmetros para identificação de material permanente.

ERRADO, a tangibilidade não é um dos parâmetros.

3.1. Identificação dos equipamentos e materiais permanentes

Para efeito de identificação e inventário os equipamentos e materiais permanentes receberão números seqüenciais de registro patrimonial. O Quadro 3 contém as formas de registrar o material permanente.

Quadro 3: Formas de identificação de equipamentos e materiais permanentes

Tipo de material permanente ou equipamento	Forma identificação dos números seqüenciais de registro patrimonial
Regra geral	O número de registro patrimonial deverá ser apostado ao material, mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta apropriada.
Material bibliográfico	O número de registro patrimonial poderá ser apostado mediante carimbo.

Em caso de redistribuição de equipamento ou material permanente, o termo de responsabilidade deverá ser atualizado fazendo-se dele constar a nova localização, e seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário.

Nenhum equipamento ou material permanente poderá ser movimentado, ainda que, sob a responsabilidade do mesmo consignatário, sem prévia ciência do **Departamento de Administração ou da unidade equivalente**.

Todo equipamento ou material permanente somente poderá ser movimentado de uma unidade organizacional para outra, através do **Departamento de Administração ou da unidade equivalente**.

Compete ao **Departamento de Administração ou unidade equivalente** promover previamente o levantamento dos equipamentos e materiais permanentemente em uso junto aos seus

consignatários, com a finalidade de constatar os aspectos quantitativos e qualitativos desses.

O consignatário, independentemente de levantamento, deverá comunicar ao Departamento de Administração ou unidade equivalente qualquer irregularidade de funcionamento ou danificação nos materiais sob sua responsabilidade.

O **Departamento de Administração ou unidade equivalente** providenciará a recuperação do material danificado (conceito de material recuperável) sempre que verificar a sua viabilidade econômica e oportunidade.



O bem móvel controlado diz respeito ao material sujeito a tombamento, que requer controle rigoroso de uso e responsabilidade pela sua guarda e conservação.

4.CASOS ESPECIAIS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA

Esta seção apresenta casos especiais referentes à classificação por natureza de despesa. Neste primeiro momento apresento o Quadro 4 que mostra aspectos específicos envolvendo material permanente e material de consumo.

Quadro 4: Casos específicos de material permanente e de consumo

Caso em análise	Critérios adotados
Classificação de peças não Incorporáveis a Imóveis (despesas com materiais empregados em imóveis e que possam ser removidos ou recuperados, tais como: biombos, cortinas, divisórias removíveis, estrados, persianas, tapetes e afins).	<p><u>Geralmente os itens elencados são considerados materiais permanentes, mas não precisam ser tombados.</u> Assim são controlados via Relação-carga.</p> <p><u>No caso de despesas realizadas em imóveis alugados, o ente deverá registrar como material permanente e proceder à baixa quando entregar o imóvel,</u> se os mesmos encontrarem-se deteriorados, sem condições de uso.</p>
Classificação de despesa com aquisição de placa de memória para substituição em um computador com maior capacidade que a existente e a classificação da despesa com aquisição de uma leitora de CD para ser instalada num Computador sem Unidade Leitora de CD.	<p>Despesa orçamentária com <u>a troca da placa de memória de um computador para outra de maior capacidade deve ser classificada</u> na categoria econômica <u>4 – “despesa de capital”, no grupo de natureza de despesa 4 – “investimentos”</u> e no elemento de despesa 30 – “Material de Consumo”.</p> <p>Se a <u>troca ocorrer por outro processador de mesma capacidade, havendo apenas a manutenção regular do seu funcionamento,</u> deve ser classificada na categoria econômica <u>3 – “despesa corrente”, no grupo da natureza da despesa 3 – “outras despesas correntes”</u> e no elemento de despesa 30 – “Material de Consumo”.</p> <p>Adições complementares <u>como a inclusão da leitora de CD</u> na unidade também deve ser classificada na categoria econômica <u>4 – despesa de capital, no grupo de natureza de despesa 4 – “investimentos”</u> e no elemento de despesa 30 – “Material de Consumo”, pois se trata de adição complementar, ou seja, novo componente não registrado no ativo imobilizado.</p>

Classificação de despesa com aquisição de material bibliográfico.	<p>Como regra geral, <u>os livros e demais materiais bibliográficos apresentam características de material permanente</u> (durabilidade superior a dois anos, não é quebradiço, não é perecível, não é incorporável a outro bem, não se destina a transformação). <u>Assim, são materiais permanentes.</u></p> <p>Porém, o art. 18 da Lei nº 10.753/2003, <u>considera os livros adquiridos para bibliotecas públicas como materiais de consumo.</u></p> <p>Dessa forma, <u>as bibliotecas públicas devem efetuar o controle patrimonial dos seus livros, adquiridos como material de consumo</u>, de modo simplificado via relação do material (relação-carga) e/ou verificação periódica da quantidade de itens requisitados, não sendo necessária a identificação do número do registro patrimonial</p>
Classificação de despesa com serviços de remodelação, restauração, manutenção e outros.	<p>Quando o <u>serviço se destina a manter o bem em condições normais de operação, não resultando em aumento relevante da vida útil do bem, a despesa orçamentária é corrente.</u></p> <p>Caso as melhorias decorrentes do <u>serviço resultem em aumento significativo da vida útil do bem, a despesa orçamentária é de capital</u>, devendo o valor de o gasto ser incorporado ao ativo.</p>
Classificação de despesa com aquisição de pen-drive, canetas ópticas, token e similares.	<p><u>A aquisição será classificada como material de consumo</u>, na natureza da despesa 3.3.90.30, tendo em vista que são abarcadas pelo critério da fragilidade. <u>Os bens serão controlados como materiais de uso duradouro, por simples relação-carga</u>, com verificação periódica das quantidades de itens requisitados, devendo ser considerado o princípio da racionalização do processo administrativo para a instituição pública.</p>

4.1. Serviços de Terceiros versus Material de Consumo e Permanente

O próximo caso se refere às diferenças entre serviços de terceiros e material de consumo e permanente. O Quadro 5 resume o que deve ser considerado.

Quadro 5: Diferença entre material de consumo/permanente e serviços de terceiros

Elemento da despesa em análise	Código elemento da despesa	Característica
Material de consumo	30	Material de consumo <u>adquirido por encomenda</u> de produto disponível no mercado.
Material Permanente	52	Material permanente <u>adquirido por encomenda</u> de produto disponível no mercado.
Serviços de terceiros	36 ou 39	Material de consumo ou permanente <u>adquirido por encomenda</u> de produto que envolva as fases de produção e elaboração <u>em que o ente forneça a matéria prima.</u>

Algumas vezes ocorrem dúvidas, em virtude de divergências entre a adequada classificação da despesa orçamentária e o tipo do documento fiscal emitido pela contratada (Ex: Nota Fiscal de Serviço, Nota Fiscal de Venda ao Consumidor etc.). Nesses casos, a contabilidade deve procurar bem informar, seguindo, se for necessário para tanto, a essência ao invés da forma e buscar a consecução de seus objetivos: demonstrar o patrimônio e controlar o orçamento.

Portanto, a despesa orçamentária deverá ser classificada independentemente do tipo de documento fiscal emitido pela contratada, devendo ser classificada como serviços de terceiros ou

material mediante a verificação do fornecimento ou não da matéria-prima.

Um exemplo clássico dessa situação é a contratação de confecção de placas de sinalização. Nesse caso, será emitida uma nota fiscal de serviço⁹ e a despesa orçamentária será classificada no elemento de despesa 30 – material de consumo, pois não houve fornecimento de matéria-prima.

4.2. Obras e Instalações versus Serviços de Terceiros

O próximo caso se refere às diferenças entre serviços de terceiros e material de consumo. O Quadro 6 resume o que deve ser considerado.

Quadro 6: Diferenças entre Obras e Instalações versus Serviços de Terceiros

Elemento da despesa em análise	Código elemento da despesa	Característica
Serviços de Terceiros	36 ou 39	Reparos, consertos, revisões, pinturas, reformas e adaptações de bens imóveis <u>sem que ocorra a ampliação do imóvel.</u>
		<u>Reparos</u> em instalações elétricas e hidráulicas.
		<u>Reparos</u> , recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris.
		<u>Manutenção</u> de elevadores, limpeza de fossa e afins
Obras e instalações	51	Quando a despesa <u>ocasionar a ampliação relevante do potencial de geração de benefícios econômicos futuros do imóvel</u> , tal despesa deverá ser considerada como obras e instalações, portanto, despesas com investimento.

⁹ Pelo artigo 1º, § 2º, item 24 da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e na classificação orçamentária da despesa como material de consumo (elemento da despesa 30), se o órgão não fornecer a matéria-prima.

4.3. Despesa de Exercícios Anteriores versus Indenizações e Restituições versus Elemento Próprio

O próximo e último caso se refere às diferenças entre: Despesa de Exercícios Anteriores; indenizações e Restituições; e Elemento Próprio. O Quadro 7 resume o que deve ser considerado.

Quadro 7: Diferenças entre: Despesa de Exercícios Anteriores; indenizações e restituições; e Elemento Próprio.

Elemento da Despesa e código	Características
Despesa de Exercícios anteriores - 92	Sempre que o empenho tratar-se de despesas <u>cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores</u> , sem exceções, não eximindo a apuração de responsabilidade pelo gestor, se for o caso. Uso eventual.
Indenizações e restituições - 93	Para <u>despesas orçamentárias com indenizações</u> , exclusive as trabalhistas, <u>e restituições</u> , devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificada em elementos de despesas específicos. Uso eventual.
Elemento próprio (os demais)	Deve ser utilizado na maioria das <u>despesas cujo fato gerador tenha ocorrido no exercício</u> , possibilitando o conhecimento do objeto das despesas da entidade.

Para não restar dúvida apresento o Quadro 8 com exemplos de situações envolvendo despesa de exercícios anteriores, indenizações e restituições.

Quadro 8: Exemplos de despesas de exercícios anteriores, de indenizações e de restituições.

Elemento da Despesa e código	Características
Despesa de Exercícios anteriores - 92	Em janeiro, <u>um servidor percebe que não recebe o auxílio alimentação por 10 meses e requer que a entidade realize o pagamento retroativo</u> . Nessa situação, a entidade deverá empenhar a respectiva despesa no elemento 92, por caracterizar uma despesa de exercício anterior.
Indenizações e restituições - 93 → Restituição	<u>Durante uma viagem escolar, o ônibus apresenta defeitos e a despesa para o seu conserto ultrapassa o valor concedido a título de suprimentos de fundos</u> . O motorista, para dar continuidade à viagem, paga com seu próprio recurso a diferença entre o valor total do conserto e o suprimento concedido (Restituição).
Indenizações e restituições - 93 → Indenização	Moradores de uma comunidade solicitam diversas vezes que a prefeitura corte uma árvore que está com sua estrutura ameaçada. <u>Após dois meses da primeira solicitação, a prefeitura não atende a demanda da comunidade e a árvore cai em cima de um carro de um cidadão, que pede uma indenização à prefeitura</u> (Indenização).

Vamos a mais questão.



3. (Cespe/IPAJAM/2010/ Contador)A contabilidade pública é o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da administração pública, com enfoque para o patrimônio e suas variações,

além de acompanhar e demonstrar a execução do orçamento.

Assinale a opção correta acerca da classificação das despesas orçamentárias.

a) As despesas realizadas em imóveis alugados devem ser registradas como material de consumo e sua baixa deve ser efetuada quando o imóvel for entregue ao proprietário.

b) O aumento da memória de um microcomputador deve ser tratado como material de consumo, uma vez que se trata de adição complementar.

c) As bibliotecas públicas devem registrar seus livros como material de permanente e efetuar o controle de modo simplificado, pela relação do material (relação-carga), e(ou) verificação periódica da quantidade de itens requisitados, não sendo necessária a identificação do número do registro patrimonial.

d) Quando forem efetuados gastos que se destinem a manter o bem em condições normais de operação, mesmo que isso não resulte em aumento relevante da vida útil desse bem, a despesa orçamentária será classificada como despesa de capital, devendo o valor do gasto ser incorporado ao ativo.

e) As despesas com reparos, consertos, revisões, pinturas, reformas e adaptações de bens imóveis, sem que ocorra a ampliação do imóvel, devem ser consideradas como obras e instalações, ou seja, despesas com investimento.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

3. (Cespe/IPAJAM/2010/ Contador) A contabilidade pública é o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da administração pública, com enfoque para o patrimônio e suas variações, além de acompanhar e demonstrar a execução do orçamento.

Assinale a opção correta acerca da classificação das despesas orçamentárias.

a) As despesas realizadas em imóveis alugados devem ser registradas como **material de consumo** e sua baixa deve ser efetuada quando o imóvel for entregue ao proprietário.

ERRADO, devem ser registradas como material permanente.

b) O aumento da memória de um microcomputador deve ser tratado como material de consumo, uma vez que se trata de adição complementar.

CERTO. Devido ao parâmetro excludente da incorporabilidade.

c) As bibliotecas públicas devem registrar seus livros como **material de permanente** e efetuar o controle de modo simplificado, pela relação do material (relação-carga), e(ou) verificação periódica da quantidade de itens requisitados, não sendo necessária a identificação do número do registro patrimonial.

ERRADO, as bibliotecas públicas devem registrar seus livros como material de consumo.

d) Quando forem efetuados gastos que se destinem a manter o bem em condições normais de operação, mesmo que isso não resulte em aumento relevante da vida útil desse bem, a despesa orçamentária será classificada como **despesa de capital**, devendo o valor do gasto ser incorporado ao ativo.

ERRADO, neste caso será despesa corrente.

e) As despesas com reparos, consertos, revisões, pinturas, reformas e adaptações de bens imóveis, sem que ocorra a ampliação do imóvel, devem ser consideradas como obras e instalações, ou seja, **despesas com investimento.**

ERRADO, neste caso será despesa corrente do tipo outras despesas correntes.

5. LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS

1. (Cespe/SECGE PE/ 2010/Controle Interno) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o **inventário sintético** do órgão e os elementos da **escrituração analítica** na contabilidade.

ERRADO, o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico do órgão e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

(Cespe/MPU/ 2010/Controle Interno) Um dos instrumentos de controle do patrimônio público é o inventário de materiais, bens móveis e imóveis pertencentes ao ente público. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

2. É legalmente admissível a dispensa de tombamento de material permanente cujo custo for inferior ao custo de controle.

CERTO.

3. A durabilidade, a incorporabilidade e a **tangibilidade** são parâmetros para identificação de material permanente.

ERRADO, tangibilidade não é parâmetro de identificação de material permanente.

4. A durabilidade diferencia os materiais permanentes dos de consumo, pois tal característica **não é relevante** para materiais classificados como de consumo.

ERRADO, se o material de consumo for de uso duradouro, o mesmo deve ser controlado via relação carga, logo tal característica influencia o controle sobre os materiais de consumo.

5. (Cespe/UNIPAMPA/2009/contador) As comissões especiais de que trata a Instrução Normativa SEDAP n.º 205/1988 deverão ser constituídas de, no mínimo, três servidores do órgão ou entidade, serão instituídas pelo diretor do departamento de administração ou unidade equivalente e, no caso de impedimento desse diretor, pela autoridade administrativa a que ele estiver subordinado.

CERTO.

(Cespe/MPU/ 2010/Analista de Orçamento) Considerando a necessidade de elaboração do inventário físico para a manutenção e o controle do patrimônio de órgãos públicos, bem como para a certificação do saldo constante do balanço geral do exercício, julgue o item a seguir.

6. **Qualquer material permanente**, incluindo-se o de pequeno valor econômico, deve ser controlado, sendo indispensável o seu tombamento, ainda que o custo do controle seja evidentemente superior ao risco de perda do bem.

ERRADO, vimos no Quadro 13 que **nem todos os materiais permanentes precisam ser tombados.**

(Cespe/MPU/ 2010/Técnico de controle interno) Julgue os próximos itens relativos a inventários de material permanente e de consumo.

7. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis tem por base o **inventário sintético** de cada ente público **e os relatórios do controle interno.**

ERRADO, o levantamento geral de bens móveis e imóveis terá por base o **inventário analítico** da UA e os **elementos de escrituração sintética.**

8. (ESAF/ANA/2009/Contador) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o **inventário sintético** de cada unidade administrativa e os elementos da **escrituração analítica** na contabilidade.

ERRADO, o levantamento geral de bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico da UA e os elementos de escrituração sintética.

(Cespe/TJ DF/2008/Contador) Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade. Quanto aos procedimentos a serem adotados para o cumprimento da referida lei, julgue os itens seguintes.

9. Os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos bens de caráter permanente devem ser indicados.

CERTO.

10. (Cespe/IPAJAM/2010/ Contador)A contabilidade pública é o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da administração pública, com enfoque para o patrimônio e suas variações, além de acompanhar e demonstrar a execução do orçamento.

Assinale a opção correta acerca da classificação das despesas orçamentárias.

a) As despesas realizadas em imóveis alugados devem ser registradas como **material de consumo** e sua baixa deve ser efetuada quando o imóvel for entregue ao proprietário.

ERRADO, devem ser registradas como material permanente.

b)O aumento da memória de um microcomputador deve ser tratado como material de consumo, uma vez que se trata de adição complementar.

CERTO. Devido ao parâmetro excludente da incorporabilidade.

c)As bibliotecas públicas devem registrar seus livros como **material de permanente** e efetuar o controle de modo simplificado, pela relação do material (relação-carga), e(ou) verificação periódica da quantidade de itens requisitados, não sendo necessária a identificação do número do registro patrimonial.

ERRADO, as bibliotecas públicas devem registrar seus livros como **material de consumo**.

d) Quando forem efetuados gastos que se destinem a manter o bem em condições normais de operação, mesmo que isso não resulte em aumento relevante da vida útil desse bem, a despesa orçamentária será classificada como **despesa de capital**, devendo o valor do gasto ser incorporado ao ativo.

ERRADO, neste caso será **despesa corrente**.

e) As despesas com reparos, consertos, revisões, pinturas, reformas e adaptações de bens imóveis, sem que ocorra a ampliação do imóvel, devem ser consideradas como obras e instalações, ou seja, **despesas com investimento**.

ERRADO, neste caso será **despesa corrente do tipo outras despesas correntes**.

(MIN/Cespe/2010/Analista Administrativo) A respeito de contabilidade pública, julgue o item subsequente:

11. Os programas de computador produzidos diretamente pelos órgãos públicos devem ser mensurados economicamente e registrados na contabilidade patrimonial.

CERTO.

12. (FCC/Planejamento/Analista Ministerial/ 2006) Conforme artigo 96 da Lei Federal no 4.320/64, o levantamento Geral de Bens móveis e imóveis terá por base:

- a) os elementos da escrituração analítica da contabilidade.
- b) apenas os elementos da escrituração sintética da contabilidade.
- c) apenas o inventário sintético de cada unidade administrativa.
- d) o inventário sintético de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração analítica na contabilidade.
- e) o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Conforme vimos na aula, a opção correta é a **alternativa D.**

(Cespe/TJ-ES/2011) Considerando as normas e procedimentos relativos ao inventário de material permanente e de consumo, julgue o item que se segue.

13. Pertencem ao inventário de material permanente os itens patrimoniais de durabilidade **superior a um ano** e(ou) os que não percam a sua identidade física.

ERRADO, para ser material permanente tem que **ter duração superior a dois anos e passar pelos demais parâmetros excludentes.**

14. (Cespe/MIN/2009) O tombamento de bens móveis é a atribuição de número de registro patrimonial a cada bem individualizado **e deve ser feito para todos os itens do material permanente**, independentemente do valor de aquisição.

ERRADO, **nem todos os materiais permanentes são tombados.**

Gabarito das questões comentadas

1-Errado	2-Certo	3-Errado	4-Errado	5-Certo
6-Errado	7-Errado	8-Errado	9-Certo	10-B
11-C	12-D	13-E	14-E	

6. LISTA DAS QUESTÕES APRESENTADAS

1. (Cespe/SECGE PE/ 2010/Controle Interno) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário sintético do órgão e os elementos da escrituração analítica na contabilidade.

(Cespe/MPU/ 2010/Controle Interno) Um dos instrumentos de controle do patrimônio público é o inventário de materiais, bens móveis e imóveis pertencentes ao ente público. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

2. É legalmente admissível a dispensa de tombamento de material permanente cujo custo for inferior ao custo de controle.

3. A durabilidade, a incorporabilidade e a tangibilidade são parâmetros para identificação de material permanente.

4. A durabilidade diferencia os materiais permanentes dos de consumo, pois tal característica não é relevante para materiais classificados como de consumo.

5. (Cespe/UNIPAMPA/2009/contador) As comissões especiais de que trata a Instrução Normativa SEDAP n.º 205/1988 deverão ser constituídas de, no mínimo, três servidores do órgão ou entidade, serão instituídas pelo diretor do departamento de administração ou unidade equivalente e, no caso de impedimento desse diretor, pela autoridade administrativa a que ele estiver subordinado.

(Cespe/MPU/ 2010/Analista de Orçamento) Considerando a necessidade de elaboração do inventário físico para a manutenção e o controle do patrimônio de órgãos públicos, bem como para a certificação do saldo constante do balanço geral do exercício, julgue o item a seguir.

6. Qualquer material permanente, incluindo-se o de pequeno valor econômico, deve ser controlado, sendo indispensável o seu tombamento, ainda que o custo do controle seja evidentemente superior ao risco de perda do bem.

(Cespe/MPU/ 2010/Técnico de controle interno) Julgue os próximos itens relativos a inventários de material permanente e de consumo.

7. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis tem por base o inventário sintético de cada ente público e os relatórios do controle interno.

8. (ESAF/ANA/2009/Contador) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário sintético de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração analítica na contabilidade.

(Cespe/TJ DF/2008/Contador) Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade. Quanto aos procedimentos a serem adotados para o cumprimento da referida lei, julgue os itens seguintes.

9. Os elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos bens de caráter permanente devem ser indicados.

10. (Cespe/IPAJAM/2010/ Contador) A contabilidade pública é o ramo da contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da administração pública, com enfoque para o patrimônio e suas variações, além de acompanhar e demonstrar a execução do orçamento.

Assinale a opção correta acerca da classificação das despesas orçamentárias.

a) As despesas realizadas em imóveis alugados devem ser registradas como material de consumo e sua baixa deve ser efetuada quando o imóvel for entregue ao proprietário.

- b) O aumento da memória de um microcomputador deve ser tratado como material de consumo, uma vez que se trata de adição complementar.
- c) As bibliotecas públicas devem registrar seus livros como material de permanente e efetuar o controle de modo simplificado, pela relação do material (relação-carga), e(ou) verificação periódica da quantidade de itens requisitados, não sendo necessária a identificação do número do registro patrimonial.
- d) Quando forem efetuados gastos que se destinem a manter o bem em condições normais de operação, mesmo que isso não resulte em aumento relevante da vida útil desse bem, a despesa orçamentária será classificada como despesa de capital, devendo o valor do gasto ser incorporado ao ativo.
- e) As despesas com reparos, consertos, revisões, pinturas, reformas e adaptações de bens imóveis, sem que ocorra a ampliação do imóvel, devem ser consideradas como obras e instalações, ou seja, despesas com investimento.

(MIN/Cespe/2010/Analista Administrativo) A respeito de contabilidade pública, julgue o item subsequente:

11. Os programas de computador produzidos diretamente pelos órgãos públicos devem ser mensurados economicamente e registrados na contabilidade patrimonial.

12. (FCC/Planejamento/Analista Ministerial/ 2006) Conforme artigo 96 da Lei Federal no 4.320/64, o levantamento Geral de Bens móveis e imóveis terá por base:

- a) os elementos da escrituração analítica da contabilidade.
- b) apenas os elementos da escrituração sintética da contabilidade.
- c) apenas o inventário sintético de cada unidade administrativa.
- d) o inventário sintético de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração analítica na contabilidade.

e) o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

(Cespe/TJ-ES/2011) Considerando as normas e procedimentos relativos ao inventário de material permanente e de consumo, julgue os item que se segue.

13. Pertencem ao inventário de material permanente os itens patrimoniais de durabilidade superior a um ano e(ou) os que não percam a sua identidade física.

14. (Cespe/MIN/2009) O tombamento de bens móveis é a atribuição de número de registro patrimonial a cada bem individualizado e deve ser feito para todos os itens do material permanente, independentemente do valor de aquisição.

Gabarito das questões apresentadas

1-Errado	2-Certo	3-Errado	4-Errado	5-Certo
6-Errado	7-Errado	8-Errado	9-Certo	10-B
11-C	12-D	13-E	14-E	

Pessoal o prazer foi meu. Uma excelente prova.

Prof. M. Sc. Giovanni Pacelli

Informo que aqueles que forem realizar provas da Banca Cespe podem adquirir meu livro da editora Elsevier: questões comentadas de AFO e Contabilidade Pública. Ressalto que o mesmo é o há de mais atual hoje em exercícios comentados.

<http://www.elsevier.com.br/site/institucional/Minha-pagina-autor.aspx?seg=1&aid=88733>

Aqueles que desejem realizar cursos na modalidade on line informo que ministro cursos on line de Orçamento Público e Contabilidade Pública no seguinte link:

<http://cursosonline.cathedranet.com.br/Professores/10/Prof-Giovanni-Pacelli>